



Câmara Municipal de Guatapar
ESTADO DE SÃO PAULO

PROTOCOLO N. 05

EM 08 / Janeiro / 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

LEI MUNICIPAL N. 02/2018

"INSTITUI O PROGRAMA DA INCUBADORA INDUSTRIAL NO
MUNICÍPIO E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar,
Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

PROPÕE  Câmara Municipal de Guatapar o seguinte Projeto
de Lei:

Art.1 - Fica instituído, no Município de Guatapar, o Programa da Incubadora Industrial, destinado a proporcionar a criação, instalação e desenvolvimento de micro, pequenas empresas industriais, cooperativas e Associações com conseqüente aumento do mercado de trabalho, para absorção da mão-de-obra local.

Art.2 - Para fins de implemento do Programa instituído no artigo anterior, o Poder Executivo oferecer um pavilhão, dividido em módulos, para a instalação e funcionamento de micros, pequenas empresas, cooperativas e Associações, as quais serão previamente selecionadas, mediante procedimento a ser estabelecido e regulamentado por Decreto, se houverem interessados em número maior que a quantidade de módulos.

Art.3 - O imóvel destinado à instalação das indústrias será locado pelo município e deverá atender as necessidades do Programa.

Art.4 - Serão proporcionados estímulos as entidades acima descritas novas e em funcionamento que se instalarem na Incubadora Industrial, pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogáveis por mais 02 (dois) anos, quando será estipulado um aluguel do módulo.

Parágrafo nico - Os estímulos, a que se refere o caput deste artigo, compreendem a instalação, na Incubadora Industrial, de forma gratuita, pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado na forma descrita no caput

Art.5 - São condições para que as micros e pequenas empresas, cooperativas e Associações instalem-se na incubadora industrial:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

I - regularizem-se, juridicamente, como micro ou pequenas empresas, mediante constituio de sociedade comercial ou empresa individual, cooperativas e Associaoes, conforme legislao vigente;

II - apresentarem ao rgo competente do Município projeto e/ou memorial, especificando o ramo de atividade industrial a ser desenvolvido, não podendo ser geradora de ruídos sonoros de intensidade superior a estabelecida em lei, bem como não exigir demanda de serviços públicos superior a capacidade de seu fornecimento;

III - comprometerem-se a pagar as despesas com energia elétrica, água, mensalmente, bem como de outras que vierem ser necessárias ao atendimento comum das beneficiárias.

IV - comprometerem-se a comercializar, exclusivamente, os produtos por ela produzidos na Incubadora Industrial;

V - comprovarem a carência de local próprio e adequao para o exercício de suas atividades industriais;

VI - serem selecionadas, de acordo com a legislao pertinente a ser observada pelo Município, no caso de haver mais interessados que o número de módulos disponíveis;

VII - comprometerem-se a cumprir a legislao regulamentadora a sua instalao, funcionamento e comercializao dos produtos produzidos, bem como comprovar a satisfao dessas obrigaoes;

VIII - comprometerem-se a cumprir as determinaoes do Decreto Municipal.

Art.6 - As micros, pequenas empresas cooperativas e Associaoes instaladas na Incubadora Industrial não poderão ceder ou transferir quaisquer de seus direitos a terceiros, sem prévia concordância do Município.

Art.7 - O Município conceder o uso dos módulos às micro e pequenas indústrias, cooperativas e Associaoes celebrando Contrato Administrativo de Concessão de Uso Gratuita ou Termo de Adesão.

 1 - O Município rescindir o Contrato Administrativo de Concessão de Uso Gratuita ou Termo de Adesão sempre que a entidade concessionária infringir as condioes estabelecidas nesta Lei, no contrato ou Termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

 2 - As infrações à presente Lei ou às cláusulas contratuais deverão ser apuradas através de sindicância a ser instaurada pelo órgão municipal competente.

 3 - Comprovadas as irregularidades, a entidade beneficiária infratora poderá interpor recursos ao Município, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação da decisão das conclusões da Comissão de Sindicância, em única e última instância administrativa.

 4 - Decidido o recurso pela procedência das irregularidades, o Município notificará a indústria apelante para que desocupe o módulo Industrial, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação, improrrogáveis.

 5 - Não havendo a desocupação do módulo pela empresa notificada e tendo o Município que recorrer às vias judiciais, a infratora ficará sujeita ao pagamento de aluguel mensal, a ser estabelecido pelo Município, a partir da data em que deveria ter ocorrido a desocupação, além do pagamento de multa diária, no valor de 02 (duas) UFESP.

Art.8 - O Programa da Incubadora Industrial será coordenado e administrado pela Secretaria Municipal da Administração.

Art.9 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2018.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS OITO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2018.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito Municipal